

## JARDIM BOTÂNICO DE CURITIBA-PR, BRASIL: POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS

BOTANICAL GARDEN OF CURITIBA-PR, BRAZIL: POSSIBILITY OF INCLUSION OF THE VISUALLY IMPAIRED

Wendy F. Sakiyama<sup>1</sup>

Silvana do Rocio de Souza<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Paraná. [wendysakiyama@yahoo.com.br](mailto:wendysakiyama@yahoo.com.br)

<sup>2</sup>Doutora em Geografia. Mestre em Educação. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Paraná. Atua no Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFPR. [silvanasouza.tur@gmail.com](mailto:silvanasouza.tur@gmail.com)

Recebido em 22.05.2015

Aprovado em 13.11.2015

### RESUMO:

Os espaços públicos urbanos, em especial os parques e jardins, podem suscitar a inclusão de deficientes se forem projetados para a acessibilidade. Este artigo tem como objetivo apresentar a relação entre o turismo e a inclusão dos deficientes visuais em atrativos turísticos, considerando a prática do lazer no Jardim Botânico da cidade de Curitiba, Paraná, Brasil. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo com a intenção de realçar a importância de um espaço com pluralidade ambiental capaz de viabilizar a acessibilidade dos deficientes visuais. Utilizou como instrumento de coleta de dados formulário de observação e entrevistas. Apresenta como resultado o esforço de seus gestores em manter o local bem preservado, contribuir para a divulgação deste espaço turístico, como também enfatizar que é possível incluir todas as pessoas por meio de um lazer saudável, sustentável e educador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo, Inclusão, Deficientes visuais, Jardim Botânico de Curitiba

### ABSTRACT:

Urban public spaces, especially parks and gardens may give rise to the inclusion of disabled if they are designed for accessibility. This article aims to present the relationship between tourism and the inclusion of the visually impaired in tourist attractions, considering the practice of leisure in the Botanical Garden of Curitiba, State of Paraná, Brazil. It is an exploratory and descriptive research with the intention to emphasize the importance of a space with environmental plurality able to facilitate the accessibility of visually impaired. Used as form data collection instrument of observation and interviews. It has resulted in the effort of its managers to maintain the well-preserved site, contributing to the dissemination of this tourist space, but also emphasize that it is possible to include all people through a healthy leisure, sustainable and educator.

**KEYWORDS:** Tourism, Inclusion, Visually Impaired, Botanical Garden of Curitiba

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o resultado de uma pesquisa sobre o Jardim Botânico de Curitiba, Paraná, Brasil, onde os seus 245 mil m<sup>2</sup> foram planejados de modo a preservar e conservar a natureza primitiva, além de possibilitar o conhecimento e a inclusão de seus turistas por meio de espaços ecológicos projetados também para a acessibilidade, em especial os deficientes visuais. (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, 2012).

Como metodologia, utilizou-se a pesquisa de caráter exploratória qualitativa-descritiva, que tem como objetivo a “descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2009, p. 28). Gil ainda acrescenta que a pesquisa exploratória tem a função de “desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2009, p. 54).

Partindo-se da pesquisa exploratória, utilizando-se basicamente a bibliográfica e a de campo, pôde-se verificar a importância deste jardim em meio a uma cidade já urbanizada, e como os seus gestores continuam ampliando e reinventando maneiras a fim de manter o local adequado, propício a visitação, com o potencial de atrair turistas.

Para a pesquisa bibliográfica consultou-se livros, publicações e *websites* sobre parques e jardins do país e da própria capital paranaense, além de outros atrativos turísticos que possuem espaços devidamente planejados à acessibilidade. Buscou-se também bibliografia que apresentasse reflexões sobre os diferentes tipos de espaço: urbano, público e turístico.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados em campo, utilizou-se o roteiro de entrevistas e o roteiro de observação com os quais foi possível apresentar de forma descritiva o Jardim Botânico, seu contexto histórico e as mudanças pelas quais o jardim vem passando. Para uma melhor compreensão deste artigo, apresentam-se inicialmente os aportes teóricos que nortearam a pesquisa seguida pelas narrações de fatos relativos ao Jardim Botânico de Curitiba e a descrição das áreas do Jardim das Sensações e Museu Botânico, apresentando-se como possibilidade de inclusão de deficientes visuais.

## 2. CONCEITUANDO OS ESPAÇOS

A forma como os ambientes urbanos vão se organizando e a atividade turística se desenvolvendo, apresenta a necessidade de refletir sobre os conceitos que envolvem o espaço urbano, o espaço público e o espaço turístico.

O espaço é onde a vida social se organiza e onde o fenômeno turístico se apresenta, sobretudo, como um fenômeno espacial, pois as contradições do mesmo “não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social” (LEFEBVRE, 2008, p. 57). É, portanto, um espaço vivido (GOMES, 1996), onde “deve ser compreendido como um espaço de vida, construído e representado pelos atores sociais que nele circundam” (ALMEIDA, 2015, p. 118).

O turismo, neste caso, constitui-se como um fenômeno que, além do econômico, engloba de maneira particular as complexas relações culturais e sociais onde ocorre, destacando-se o movimento de reciprocidade que sobrevém nas imbricações que regem as intervenções políticas que os organizam, “porque o ato de produzir é ao mesmo tempo, o ato de produzir o espaço” (SANTOS, 1996, p. 63).

O turismo que envolve a relação do homem com o espaço, em determinado tempo é influenciado pelos mais variados fatores motivacionais, justificando o aspecto multidisciplinar e plural na busca por conceitos e definições que corroborem na compreensão do fenômeno e a forma com que os lugares, as paisagens e os ambientes são apropriados e transformados pelo movimento de turistas. (SOUZA; BAHL, 2013, p. 3).

Considerando o espaço como de morada e de trabalho, acrescentando-se ainda as possibilidades de lazer e de turismo, faz-se necessário observar que “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 1996, p. 122).

Nesse sentido, a organização do espaço público urbano deve ser pensada considerando sua forma de uso pelos mais variados atores sociais, que via de regra, apresentam-se diferentes e com diversas necessidades. Deve ser um local de inclusão onde “o espaço não se desfaz paralelamente à mudança

de processos, ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes” (SANTOS, 1996, p. 138).

O espaço urbano, culturalmente construído é evidenciado através da produção de símbolos que se definem através de códigos, os quais “não incluem apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, a pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções” (COSGROVE, 2003, p. 103).

Por conseguinte, a paisagem urbana, constituída de praças, bosques, parques e jardins, é uma paisagem cultural, onde os seres humanos “através de sua *práxis*<sup>1</sup> transformam a paisagem do mundo natural em um mundo artificial e adaptado onde a paisagem passa de natural para cultural, pois sofreu interferências de diversas ordens” (SOUZA; BAHL, 2013, p. 3).

Esta transformação que se dá nos espaços, em especial no espaço urbano, não produz apenas organização espacial pelos “arranjos físicos das coisas, mas também os padrões espaciais de ação social com a rotina, e as concepções históricas do espaço e do mundo” (LEFEBVRE, 1998, p. 146, tradução nossa)<sup>2</sup>.

O espaço público das cidades, considerando como sendo o dos logradouros e dos parques e jardins que são ambientes abertos ou fechados de uso geral, é onde ocorre a vida pública com relação direta com a vida política. É, portanto, um local de fruição da vida em sociedade, o qual necessita incluir as diferentes necessidades dos indivíduos que atuam e se relacionam. Onde a vida ganha uma dimensão pública através da comunicação, onde se faz necessário “estabelecer os princípios e as condições em que uma norma é válida e pertinente ao conjunto de pessoas que vivem juntas” (GOMES, 2002, p. 161). Gomes ainda acrescenta que é o lugar das indiferenças, ou seja, “onde as afinidades sociais, os

---

<sup>1</sup> É a ação prática do homem que em relação dialética com a teoria é por ela iluminada e a ilumina, ou ainda, a teoria não reduz a prática, mas a complementa e também a faz avançar, realizando-se sempre através da ação humana, é, portanto, a “[...] atividade material do homem que transforma o mundo natural e social para fazer dele um mundo humano [...] atividade humana que produz objetos, sem que por outro lado essa atividade seja concebida com o caráter estritamente utilitário” (VASQUEZ, 1968, p. 3). Para Kosik (2002, p. 222), “a *práxis* na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade)”.

<sup>2</sup> “[...] physical arrangements of things but also spatial patterns of social action and routine as well as historical conceptions of space and the world” (LEFEBVRE, 1998, p. 146).

jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras de civilidade” (GOMES, 2002, p. 162).

A dinâmica do espaço urbano não pode ser dissociada da dinâmica da vida e dos elementos materiais que a cercam. A partir dos quais as formas históricas de apropriação e as inter-relações políticas definem os espaços de uso público como, por exemplo, os que se configuram em parques e jardins onde “se situam num cenário onde se faz um complexo sistema de redes e fluxos” (LENCIONE, 2006, p. 69).

Como comenta Pedron (2013, p. 141), para que um parque tenha atratividade, ou seja, consiga atrair visitantes e nele ocorrer o fenômeno turístico, é necessário apresentar “relevantes elementos da natureza, notadamente paisagem e espaços de conservação, assim como representar a história, a cultura e a sociedade na qual está inserido”. Corroborando com o pensamento de Gândara (2011, p. 07), o qual considera que as experiências e sentimentos que o fenômeno turístico propicia, apresenta-se como “emoções, encantamento, histórias, sonhos e vivências que são utilizados para entreter, fascinar e cativar o turista, resultando em conhecimento e valores” (GÂNDARA, 2011, p. 07).

Considerando que, os atrativos turísticos devem priorizar o desenvolvimento e a manutenção de seus acessos, equipamentos e serviços, pois “estão relacionados com as motivações de viagens dos turistas e a avaliação que os mesmos fazem desses elementos” (IGNARRA, 2001, p. 48), os espaços urbanos, sejam parques, jardins ou praças, conformam-se em atrativos turísticos quanto “mais acentuado for seu caráter diferencial” (IGNARRA, 2001, p. 48). Pedron (2013, p. 104), apresenta que a “principal experiência nos parques de Curitiba é a de contemplação, e em segundo lugar a de entretenimento”.

Nesse sentido, o espaço turístico se constrói pelo físico e pelo simbólico, os quais formam um conjunto de trocas constantes. Esses espaços também se constroem pelas expressões de seus visitantes, pelas relações que estabelecem com os lugares. As intervenções urbanas devem ser pensadas com base nas aspirações de seus usuários, turistas ou moradores, possibilitando a ampliação de suas formas de uso, vislumbrando mudanças qualitativas compatíveis com o entendimento que o turismo é um fenômeno social. Portanto, toda reflexão que o envolva, teórica ou prática, ou seja, “no prático sensível e no imediato” (LEFEBVRE, 1999, p. 78), deve levar em conta sua dimensão temporal e cultural.

Sendo assim, o espaço produzido, apropriado ou transformado pelo turismo é um espaço social complexo onde os relacionamentos, as ações, os sentimentos e as ideias se conjugam e se mesclam com o arranjo de objetos, construindo um ambiente que deve ser plural. Para Ivars (2003, p. 38, tradução nossa)<sup>3</sup>, o espaço turístico “recupera sua dimensão social circunstância que se traduz na promoção de um desenvolvimento mais equilibrado territorialmente”. Onde os processos que o instituem também o repelem, onde se busca a inclusão e compreensão das heterogeneidades que formam a identidade dos sujeitos que usam, recriam e transformam os espaços públicos urbanos.

### 3. DEFICIÊNCIA E O DEFICIENTE VISUAL: NOÇÕES BÁSICAS

Derivado do latim *deficientia*, que na linguagem portuguesa passou a ser considerada como falta, insuficiência, carência, o termo deficiência é utilizado por muitos para definir ou se referir às pessoas que são portadoras ou que possuem alguma dificuldade física, motora ou mental. (RULLI NETO, 2002, p. 27).

O autor Benjamin<sup>4</sup> (*apud*. Rulli Neto, 2002, p. 28) faz uma afirmação significativa ao dizer que “o termo *deficiente* serve mais para ressaltar as diferenças do individuo do que suas similaridades com o chamado grupo “normal”, por isso destaca a utilização da expressão “portador de deficiência” a uma pessoa que possui alguma dessas limitações. Entretanto, no ano de 2006, na Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas Com Deficiência, foi aprovado pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas o termo “pessoa com deficiência” para se dirigir a este segmento populacional (ANDI, 2006).

De acordo com o Decreto Federal nº. 914/1993, no artigo 3º da Constituição Civil, considera-se pessoas portadoras de deficiência:

[...] aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que geram

---

<sup>3</sup> “[...] recupera entonces su dimensión social, circunstancia que se traduce em la promoción de um desarrollo más equilibrado territorial” (IVARS, 2003, p. 38).

<sup>4</sup> BENJAMIN, A. H. de V. **Comentários ao código de defesa do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

incapacidade para o desempenho da atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (BRASIL, 2012a)

A Convenção Interamericana de Direitos Humanos apresenta como definição “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Um dos objetivos dessa entidade é “prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade” (RULLI NETO, 2002, p. 70). O fato de limitar o exercer de uma atividade não indica a impossibilidade de realizá-la.

A discriminação de pessoas portadoras de deficiência é extremamente comum e muito antiga. Buscaglia (2006) apresenta que a discriminação é resultado de conceitos incorretos, levados através do tempo e da cultura, que acarretaram complicações na vivência e convivência destas pessoas, considerando que:

O preconceito e a discriminação em relação aos deficientes são baseados principalmente em conceitos errôneos, ignorância e temores herdados através da cultura. Trata-se de idéias sobre as causas das deficiências interpretadas de modo incorreto, ou ignorância e medo em relação às reações misteriosas que elas acarretam. (BUSCAGLIA, 2006, p. 206)

Como consequência dessas discriminações, inúmeras restrições físicas e estruturais foram impostas a eles, desde escolas, edifícios, instalações públicas, entre outros departamentos, cujos elementos estruturais básicos dificultam ou impossibilitam o livre acesso nos mesmos. (BUSCAGLIA, 2006).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), o Brasil tem mais de 190 milhões de habitantes. Destes, 45,6 milhões de pessoas possuem pelo menos uma deficiência, seja visual, auditiva, motora ou mental, somando-se 23,9% da população. É um número bem expressivo, mas pouco lembrado, visto que estas ainda encontram diversas barreiras a serem enfrentadas no cotidiano, como locomoção, sinalização, educação, trabalho, sendo o preconceito uma das barreiras mais constrangedoras de todas.

A tabela 1, elaborada pelo IBGE (2012), apresenta estes e outros resultados referentes a população brasileira que apresenta deficiência, dividindo-as por regiões.

TABELA 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE, POR TIPO DE DEFICIÊNCIA PERMANENTE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente								
	Total (1) (2)	Tipo de deficiência permanente						Alguns outros	Total
		Pelo menos uma das deficiências investigadas (1)	Visual			Auditiva			
	Não consegue de modo algum		Grande Dificuldade	Alguma dificuldade	Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade		
<b>Brasil</b>	<b>190 755 799</b>	<b>45 606 048</b>	<b>506 377</b>	<b>6 056 533</b>	<b>29 211 482</b>	<b>344 206</b>	<b>1 798 967</b>	<b>7 574 145</b>	
<b>Norte</b>	<b>15 864 454</b>	<b>3 654 137</b>	<b>32 408</b>	<b>540 864</b>	<b>2 409 560</b>	<b>23 023</b>	<b>123 273</b>	<b>591 018</b>	
Rondônia	1 562 409	345 580	2 294	46 211	232 313	1 754	11 763	52 833	
Acre	733 559	165 892	1 410	25 143	106 849	1 189	6 159	26 812	
Amazonas	3 483 985	790 647	8 214	113 045	530 003	5 429	23 841	124 920	
Roraima	450 479	95 510	1 129	13 603	62 511	561	3 382	15 152	
Pará	7 581 051	1 790 289	15 459	270 953	1 169 644	11 284	60 066	297 723	
Amapá	669 526	158 770	1 325	24 781	106 529	830	4 829	22 646	
Tocantins	1 383 445	307 449	2 577	47 129	201 710	1 976	13 232	50 932	
<b>Nordeste</b>	<b>53 081 950</b>	<b>14 130 717</b>	<b>126 163</b>	<b>2 062 719</b>	<b>9 058 424</b>	<b>89 030</b>	<b>568 438</b>	<b>2 413 885</b>	
Maranhão	6 574 789	1 641 771	13 998	267 853	1 054 540	10 007	64 082	275 529	
Piauí	3 118 360	859 627	7 559	138 672	556 525	4 730	37 474	143 771	
Ceará	8 452 381	2 340 329	24 224	349 795	1 497 949	16 313	99 364	411 128	
Rio Grande do Norte	3 168 027	882 022	6 929	128 684	560 967	4 879	36 929	150 054	
Paraíba	3 766 528	1 045 962	8 477	142 193	672 369	6 470	41 908	181 762	
Pernambuco	8 796 448	2 425 900	19 950	348 179	1 564 390	14 217	97 534	411 304	
Alagoas	3 120 494	859 707	6 977	136 127	536 811	5 123	35 686	145 920	
Sergipe	2 068 017	518 568	4 069	75 156	331 254	3 303	20 033	88 362	
Bahia	14 016 906	3 556 832	33 980	476 059	2 283 619	23 987	135 427	606 057	

<b>Sudeste</b>	<b>80 364 410</b>	<b>18 499 909</b>	<b>248 917</b>	<b>2 247 963</b>	<b>11 890 579</b>	<b>158 786</b>	<b>708 996</b>	<b>2 967 992</b>
Minas Gerais	19 597 330	4 432 186	45 015	591 313	2 703 412	32 355	199 251	769 738
Espírito Santo	3 514 952	823 730	7 298	113 309	513 414	5 110	31 128	132 838
Rio de Janeiro	15 989 929	3 899 885	53 178	483 414	2 533 069	30 897	132 986	608 112
São Paulo	41 262 199	9 344 109	143 426	1 059 927	6 140 684	90 424	345 630	1 457 305
<b>Sul</b>	<b>27 386 891</b>	<b>6 159 670</b>	<b>68 589</b>	<b>793 373</b>	<b>3 759 976</b>	<b>48 119</b>	<b>282 307</b>	<b>1 108 600</b>
Paraná	10 444 526	2 280 548	26 155	295 464	1 407 052	18 988	100 206	396 755
Santa Catarina	6 248 436	1 330 704	13 687	174 772	804 176	10 403	62 121	233 309
Rio Grande do Sul	10 693 929	2 548 418	28 748	323 137	1 548 749	18 728	119 980	478 536
<b>Centro-Oeste</b>	<b>14 058 094</b>	<b>3 161 616</b>	<b>30 300</b>	<b>411 614</b>	<b>2 092 943</b>	<b>25 248</b>	<b>115 953</b>	<b>492 650</b>
Mato Grosso do Sul	2 449 024	525 979	4 917	68 440	336 223	3 609	20 811	83 190
Mato Grosso	3 035 122	669 042	5 168	91 415	452 917	4 391	22 659	100 338
Goiás	6 003 788	1 392 790	13 778	183 711	914 913	11 590	55 785	226 654
Distrito Federal	2 570 160	573 805	6 436	68 047	388 890	5 658	16 698	82 469

Grandes Regiões e Unidades da Federação	População residente				
	Tipo de deficiência permanente				
	Motora			Mental/intelectual	Nenhuma dessas deficiências (3)
	Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade		
<b>Brasil</b>	<b>734 421</b>	<b>3 698 929</b>	<b>8 832 249</b>	<b>2 611 536</b>	<b>145 084 976</b>
<b>Norte</b>	<b>43 639</b>	<b>245 545</b>	<b>675 279</b>	<b>183 587</b>	<b>12 205 518</b>
Rondônia	3 949	21 686	58 440	19 096	1 214 284
Acre	2 105	11 722	31 560	12 105	567 462
Amazonas	9 068	50 675	150 189	38 671	2 693 106
Roraima	1 149	5 953	15 603	4 916	354 959
Pará	21 239	125 571	344 442	84 194	5 789 103
Amapá	1 998	9 849	26 205	6 343	510 717

Tocantins	4 130	20 087	48 839	18 263	1 075 887
<b>Nordeste</b>	<b>209 994</b>	<b>1 159 023</b>	<b>2 756 224</b>	<b>826 170</b>	<b>38 940 174</b>
Maranhão	21 476	125 039	313 755	96 685	4 932 527
Piauí	12 310	69 335	160 040	50 876	2 258 525
Ceará	36 587	187 298	458 972	125 353	6 111 222
Rio Grande do Norte	13 606	72 854	165 051	52 028	2 285 466
Paraíba	16 880	90 172	213 753	62 058	2 719 901
Pernambuco	36 599	210 836	485 003	138 677	6 369 508
Alagoas	11 855	84 135	173 543	59 853	2 260 601
Sergipe	7 554	41 569	91 640	29 239	1 548 961
Bahia	53 127	277 784	694 467	211 402	10 453 465
<b>Sudeste</b>	<b>326 809</b>	<b>1 502 121</b>	<b>3 583 430</b>	<b>1 053 910</b>	<b>61 825 521</b>
Minas Gerais	78 615	404 448	895 153	300 676	15 160 785
Espírito Santo	13 566	72 774	164 566	47 313	2 690 677
Rio de Janeiro	65 631	327 616	828 134	202 991	12 083 234
São Paulo	168 997	697 282	1 695 577	502 931	31 890 826
<b>Sul</b>	<b>106 700</b>	<b>569 669</b>	<b>1 267 516</b>	<b>378 124</b>	<b>21 221 441</b>
Paraná	39 951	203 268	463 022	143 376	8 162 310
Santa Catarina	22 064	125 893	271 236	71 956	4 915 019
Rio Grande do Sul	44 685	240 508	533 257	162 792	8 144 112
<b>Centro-Oeste</b>	<b>47 279</b>	<b>222 572</b>	<b>549 800</b>	<b>169 743</b>	<b>10 892 322</b>
Mato Grosso do Sul	8 886	42 895	98 410	32 488	1 922 548
Mato Grosso	8 308	43 110	110 440	33 367	2 364 743
Goiás	21 866	102 265	252 434	75 853	4 609 791
Distrito Federal	8 219	34 302	88 516	28 035	1 995 240

FONTE: IBGE, Censo Demográfico 2010 (2012)

(1) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez. (2) Inclusive as pessoas sem declaração dessas deficiências.

(3) Inclusive a população sem qualquer tipo de deficiência

De acordo com os dados do IBGE (2012), pode-se analisar que a deficiência mais frequente entre a população brasileira é a visual. São cerca de 35 milhões de pessoas, aproximadamente 18,8%, que declararam ter dificuldade de enxergar, mesmo com óculos ou lentes de contato.

O IBGE (2012) apresenta que a região Nordeste registra os maiores níveis para todas as deficiências, sendo o Rio Grande do Norte e a Paraíba os Estados com os maiores indicadores. O que se pode inferir a partir deste resultado é a falta ou a baixa assistência médica e hospitalar nestas localidades. Já a região Sul apresentou o menor percentual de pessoas com deficiência visual, o Centro-Oeste com a menor taxa de deficiência auditiva e motora, e a região Norte com menos deficientes mentais.

Com relação à deficiência visual, o IBGE (2012), apresenta a seguinte caracterização:

Incapaz de enxergar (pessoa se declara totalmente cega); Grande dificuldade permanente de enxergar (pessoa declara ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato); Alguma dificuldade permanente de enxergar (pessoa declara ter alguma dificuldade de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato).

As principais causas dessa deficiência que atinge milhares de pessoas em todo o Brasil são as seguintes (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012, p. 07):

Durante a gravidez: rubéola, toxoplasmose e doenças sexualmente transmissíveis (DST); Do nascimento em diante: glaucoma, catarata, diabetes, toxoplasmose, acidentes, incompatibilidade sanguínea (Rh), retinose pigmentar, retinoplastia, uveíte, atrofia do nervo ótico, descolamento da retina, ceratocone, entre outras.

Há diversos conceitos para deficiência visual. Rulli Neto (2002), utiliza um conceito mais técnico para defini-la, cuja Sociedade Brasileira de Oftalmologia considera correto, conceituando praticamente da mesma maneira. “A deficiência visual é aquela em que a acuidade visual é igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen<sup>5</sup>), ou ocorrência simultânea de ambas as situações” (RULLI NETO, 2002, p. 35). A cidade de Curitiba possuía 1.751.907 habitantes quando o Censo Demográfico do IBGE foi realizado. Deste

---

<sup>5</sup> A Tabela de Snellen é um sistema padrão universal para avaliar a visão. Consiste em linhas de letras cujo tamanho vai diminuindo e as quais estão dispostas a uma distância padronizada da pessoa que fará o teste. Cada linha na tabela diz respeito a uma graduação que representa a acuidade visual.

total, 354.964 da população residente possuía pelo menos uma das deficiências investigadas pelo censo (visual, motora, auditiva, mental), sendo que 6.784 declararam ser deficientes visuais totais (não consegue de modo algum enxergar), 36.641 possuíam grande dificuldade de enxergar e 224.771 possuíam alguma dificuldade em enxergar. (IBGE, 2012).

Analisando estes dados, percebe-se que o número de portadores de deficiência visual é bem expressivo, passando a considerar o quanto são necessárias mudanças em infraestruturas, equipamentos e serviços incluindo os serviços turísticos, considerando que:

Importante afirmar que não se quer negar a deficiência e muito menos minimizar a marginalização social que sofrem as pessoas que estão fora dos padrões aceitos socialmente. Não, a cegueira em si é uma condição limitadora, porém as histórias de vida podem revelar que indivíduos reais percorrem diferentes caminhos sociais, mesmo partilhando da mesma condição biológica. (CAIADO, 2003, p. 46)

Evidencia-se, portanto, que a deficiência visual não impede os portadores desta ou de qualquer outra deficiência de realizarem suas atividades normais como qualquer outra pessoa.

Para amenizar o problema, um dos objetivos do artigo 203 da Constituição Federal de 1988 é a “habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária” (BRASIL, 2012a). Para Rulli Neto (2002, p. 48), “integrar o ‘portador’ de necessidades especiais, não é apenas um movimento regionalizado, mas um movimento de caráter global”, como um empenho na busca da igualdade de oportunidades e plena participação.

### 3.1 Braille: uma linguagem inclusiva

Conhecido universalmente como código ou meio de leitura e escrita das pessoas cegas, o Sistema Braille foi criado por Louis Braille, um parisiense humilde que perdeu a visão ainda quando criança, no ano de 1825, na França. (SÁ. *et. al.*, 2012, p. 22).

A princípio, a primeira iniciativa que permitia a leitura por cegos eram métodos com inscrições em alto-relevo, normalmente feito por letras costuradas em papel. Um capitão da artilharia francesa havia desenvolvido um sistema de escrita noturna utilizando pontos em relevo a fim de facilitar a comunicação secreta entre soldados. Louis Braille, ao ter contato com este capitão, conheceu o sistema e, de uma maneira simplificada e aprimorada, criou a sua própria escrita: o sistema Braille. (COSTA, 2009).

No Brasil, o Sistema Braille foi introduzido em 1854 pelo jovem José Álvares de Azevedo (1834-1854), um rapaz cego que havia estudado durante seis anos em Paris, onde acabou conhecendo esse sistema e, ao regressar ao país, seu interesse em educar os cegos fortaleceu-se, sendo o Brasil o primeiro país da América Latina a adotar o sistema. (SÁ. *et. al.*, 2012, p. 22).

Vários esquemas foram formulados a fim de informar e demonstrar como cada ponto do Braille seria identificado numa escrita. Com a sensibilidade dos dedos as pessoas com deficiência visual conseguem identificar cada ponto e decifrar a escrita. Dispõe-se, a seguir, um exemplo de fácil entendimento:

1ª série - série superior - utiliza os pontos superiores 1245	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
2ª série é resultante da adição do ponto 3 a cada um dos sinais da 1ª série	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t
3ª série é resultante da adição do pontos 3 e 6 aos sinais da 1ª série	u	v	x	y	z	ç	é	á	è	ú
4ª série é resultante da adição do ponto 6 aos sinais da 1ª série	â	ê	î	ô	ù	à	ñ/ï	û	õ	ò/w
5ª série é formada pelos sinais da 1ª série posicionados na parte inferior da cela	,	;	:	Sinal Direito	?	!	=	" "	z	o (gran)
6ª série é formada com a combinação dos pontos 3456	í	ã	ó	Sinal de Alg.	Ponto Final ou Apóstrofo	- ( hífen)				
7ª série é formada por sinais que utilizam os pontos da coluna direita da cela (456)	(4)	(45)	l Barra Vertical	(5)	Sinal de Maiúscula	\$	(6)			

FIGURA 1 - Demonstrativo

FONTE: (SÁ. *et. al.*, 2012, p. 22)

A implantação da escrita em Braille é um recurso considerável ao que se refere à acessibilidade em equipamentos e serviços urbanos. Percebeu-se que a construção ou adaptação de equipamentos e

serviços não deveria ser exclusiva a cadeirantes, visto que o número de pessoas com alguma deficiência visual é tão grande quanto dos deficientes motores.

Dessa forma, concernente aos parâmetros a serem seguidos para a implementação do Braille, a NBR 9050, item 5.6.1, menciona as seguintes informações. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004):

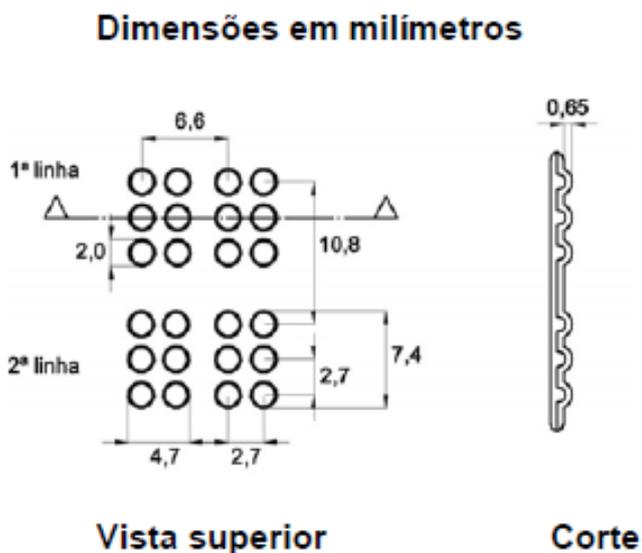
5.6.1.1. As informações em Braille não dispensam a sinalização visual com caracteres ou figuras em relevo, exceto quando se tratar de folheto informativo.

5.6.1.2. As informações em Braille devem estar posicionadas abaixo dos caracteres ou figuras em relevo.

5.6.1.3. O arranjo de seis pontos e o espaçamento entre as celas Braille, conforme figura 53, devem atender às seguintes condições:

- a) diâmetro do ponto base: 2 mm;
- b) espaço vertical e horizontal entre pontos – medido a partir do centro de um ponto até o centro do próximo ponto: 2,7 mm;
- c) largura da cela Braille: 4,7 mm;
- d) altura da cela Braille: 7,4 mm;
- e) separação horizontal entre as celas Braille: 6,6 mm;
- f) separação vertical entre as celas Braille: 10,8 mm;
- g) altura do ponto: 0,65 mm;

Abaixo, apresenta-se um exemplo de como deveriam estar dispostas as escritas em Braille e suas dimensões, para entendimento do mesmo. Com este padrão, fica mais fácil a leitura pelo deficiente visual, pois seu tato estará mais sensível e acostumado às dimensões estipuladas.



## FIGURA 2 - CELA BRAILLE

FONTE: Adaptado da NBR 9050

As normas NBR 9050 também apresentam como devem ser feitos textos, figuras e pictogramas, que neste caso “são dirigidos às pessoas com baixa visão, para pessoas que ficaram cegas recentemente ou que ainda estão sendo alfabetizadas em Braille. Devem estar associados ao texto em Braille” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004).

5.6.2.2. As figuras em relevo devem atender às seguintes condições:

- a) contornos fortes e bem definidos;
- b) simplicidade nas formas e poucos detalhes;
- c) figura fechada, completa, com continuidade;
- d) estabilidade de forma;
- e) simetria;

5.6.2.3. Os caracteres em relevo devem atender às seguintes condições, conforme exemplificado na figura 54:

- a) tipo de fonte, conforme 5.5.4;
- b) caracteres grafados em maiúsculas;
- c) altura do relevo: 0,8 mm a 1,0 mm;
- d) altura dos símbolos: mínimo 150 mm;
- e) altura dos caracteres: 16 mm a 51 mm;
- f) distância entre caracteres: 5 mm;
- g) distância entre linhas: 45 mm.

Segue abaixo uma figura exemplificando as normas acima citadas:



### FIGURA 3 - SINALIZAÇÃO TÁTIL

FONTE: Adaptado da NBR 9050

Estas normas mencionadas, quando colocadas em prática, não só auxiliam pessoas que têm alguma dificuldade em enxergar, como as favorecem e as insere no cotidiano, permitindo que as mesmas sintam-se mais confortáveis e confiáveis em obter uma informação, qualquer que seja ela.

A escrita em relevo e a leitura tátil requerem habilidades que “envolvem conceitos espaciais e numéricos, sensibilidade, destreza motora, coordenação bimanual, discriminação, dentre outros aspectos” (SÁ *et al.*, 2012, p. 24), permitindo uma leitura ativa. O diferencial da leitura em Braille com a escrita à tinta é que, no primeiro, o cérebro absorve, além do conteúdo, as letras, a pontuação e a estrutura do texto em si, sendo muito mais complexa.

Por ser bem característico e exigir empenho da pessoa com deficiência visual, muito se tem discutido em novas adaptações para facilitar o ensino do Braille e o aprendizado das pessoas, principalmente com as novas tecnologias.

### 3.2 Acessibilidade e inclusão social

Com o intuito de envolver indivíduos que se sentem excluídos do convívio social, a inclusão social está diretamente relacionada à acessibilidade. Ambas permitem a condição de acolhimento daqueles considerados “menos favorecidos” pela população, que encontram barreiras tanto urbanas quanto sociais diariamente.

O Ministério do Turismo (2009, p. 19), conceitua acessibilidade como sendo a:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Referindo-se às normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a Lei nº. 10.098 (BRASIL, 2012b), estabelece a seguinte definição:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das

edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Dentro deste contexto, a garantia de acessibilidade e inclusão é proveniente do Estado e do Governo de cada região, cuja construção e adequação de ambientes, infraestruturas e equipamentos urbanos são de suas responsabilidades. O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana é um dos programas que estimula e apoia os governos a desenvolverem ações que garantam a acessibilidade de todos, considerando o acesso universal ao espaço público e apoiando-se no Decreto nº. 5.296/04 – Para a Construção da Cidade Acessível. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012, p. 05).

Buvinic; Mazza; Deutsch (2012, p. 10), afirmam a importância dos programas e políticas voltadas à inclusão social e à acessibilidade de tal modo que:

As políticas de inclusão exigem investimentos públicos para corrigir os desequilíbrios no acesso a serviços de qualidade e a recursos produtivos e políticos. Essas políticas empenham-se em “nivelar o campo de ação” e em criar um ambiente que permita aos excluídos exercer seu ofício.

Independente das inúmeras leis e decretos aprovados para pessoas com deficiência há de se ter consciência de que estas também são seres humanos com os mesmos deveres e direitos a serem cumpridos e respeitados, considerando que:

O deficiente é titular dos mesmos direitos e garantias de qualquer outra pessoa, além daqueles especificamente a eles destinados, até mesmo porque o deficiente é uma pessoa como qualquer outra. Suas eventuais limitações devem ser compensadas pelo auxílio da sociedade e do Estado. (RULLI NETO, 2002, p. 43)

A Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB) é uma “organização constituída de ou para cegos” que busca a efetiva participação dos deficientes visuais na sociedade, com o objetivo de melhorar o acesso ao recurso da audiodescrição nas redes sociais e nos programas da televisão brasileira, favorecendo a inclusão digital. (ONCB, 2013).

O Ministério do Turismo (2009, p. 09), apresenta como objetivo “sensibilizar e disseminar orientações acerca da acessibilidade nos mais diversos setores ligados direta e indiretamente à atividade turística, tais como prestação de serviços e equipamentos turísticos”. No entanto, há muitas

restrições que impedem as pessoas que possuem alguma deficiência ou mobilidade reduzida de usufruírem de produtos turísticos, desde ausência de acesso às instalações turísticas até mesmo por incapacidade no atendimento preferencial e personalizado.

Segundo Sasaki<sup>6</sup> (*apud* Ministério do Turismo, 2009, p.9):

[...] o processo de inclusão social acontece quando a sociedade é ajudada a modificar seus sistemas de lazer e turismo para que todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam participar juntas e ativamente de suas atividades nos mesmos locais, desfrutando de momentos de lazer em ambientes comuns.

Sob essas perspectivas, a acessibilidade (que vai muito além do aspecto físico e espacial), juntamente com a inclusão social, cria a oportunidade da plena participação da sociedade, assim como o reconhecimento de atitudes justas e verdadeiras, contribuindo na formação da igualdade entre todos, em suas convivências, interesses, condições e usufruto do espaço e do turismo.

#### **4. JARDIM BOTÂNICO DE CURITIBA: UM ÍCONE DA CIDADE**

Em 29 de março de 1693, quando foi oficialmente fundada a Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, hoje Curitiba, na região do bairro Capanema, que futuramente mudaria a denominação para Jardim Botânico, havia predominância de uma vegetação natural de campos, capões de pinheiros e matas que margeavam rios. (FENIANOS, 2006, p. 11-16).

Até o ano de 1924 as mudanças no local eram poucas, além de que o bairro ainda era considerado “muito longe” de Curitiba. (FENIANOS, 2006, p. 11-16).

Fenianos (2006, p. 17) descreve o seguinte, referente ao ano de 1958:

Na administração do Prefeito Iberê de Matos, “pontentosa obra” chegava ao Capanema com a inauguração do Mercado Municipal [...]. “As ruas estavam só no papel”. Os “prédios” mais altos eram os pinheiros e os cedros. O Ferroviário era conhecido como o colosso do Capanema. Churrascos e chopadas eram a alegria no Mercado Futebol Clube. Boiadas em direção ao Matadouro do Guabirota cruzavam a Avenida Centenário. No Mato dos Franco, boitatás e lobisomens ainda assustavam a gurizada e na estação ferroviária os trens apitavam e avisavam que o Capanema ainda era uma cidade interiorana dentro de Curitiba.

---

<sup>6</sup> SASSAKI, R. K. **Inclusão no lazer e turismo**: em busca da qualidade de vida. São Paulo: Áurea, 2003.

Nos anos de 1960, um plano comunitário que funcionaria em regime de associação foi instituído por moradores e a prefeitura, transformando o Capanema no primeiro bairro a possuir um plano tão inovador. Conseqüentemente, desenvolvimento em obras públicas e outros resultados positivos possibilitaram a transformação desta região, onde até então “muitos moradores ainda criavam animais e plantavam em suas propriedades” (FENIANOS, 2006, p. 18). A partir de então, o crescimento do bairro foi constante.

A capital paranaense passou a ser uma cidade referencial a partir do momento em que os gestores municipais passaram a incentivar e a construir obras que, além de modernizar a cidade, permitissem que a mesma transmitisse uma imagem positiva, concreta e atraente. (VEIGA-NETO, 2012, p. 103).

Desde então, a preocupação com a sustentabilidade, meio ambiente, preservação, entre outros, passou a envolver um grande contingente de moradores da cidade. Para Amaral (2002, p. 63), “o bem-estar do cidadão articula-se com o respeito ao meio ambiente, com a preservação de parques e bosques que garantem 52 metros quadrados de área verde por habitante [...]. Por tudo isso, a cidade ficou conhecida como a capital ecológica do país”, mantendo ambientes naturais preservados, garantindo qualidade de vida.

Entre outros parques e bosques, a capital paranaense conta com um harmonioso Jardim Botânico em meio à cidade. Um ambiente especial que se tornou ícone e referência para muitos, inclusive turistas. O Jardim Botânico, enquanto espaço público que se encontra inserido no espaço urbano é um ambiente que possibilita ao homem atuar e se expressar em sociedade. Considerando-se o espaço público como sendo o dos logradouros que são locais abertos ou fechados de uso público e os marcos que são objetos ou artefatos que se destacam na paisagem urbana, atuando como pontos de referência. (BOULLÓN, 2002, p. 196-197).

No entanto, no século XIX, a região de Curitiba já possuía um jardim botânico que era de propriedade do Conselheiro Guilherme S. de Capanema, mais conhecido como Barão de Capanema. Era tão belo que D. Pedro II fez questão de conhecê-lo durante uma visita a capital paranaense, no dia 13 de maio de 1880. Porém, de forma semelhante às que levaram o Jardim Botânico do Rio de Janeiro a perder grande parte da área na primeira metade do século XX, o jardim do Barão se extinguiu, vitimado pelas aventuras republicanas no Paraná. Somente mais de um século depois da visita do imperador, Curitiba passou a ter um novo jardim botânico na cidade. (MIRANDA, 2009, p. 249).

Inaugurado na antiga Chácara Santa Bárbara, em 5 de outubro de 1991, o Jardim Botânico de Curitiba, cuja nomenclatura oficial é uma homenagem à urbanista Francisca Maria Garfunkel Rischbieter, pioneira no trabalho de planejamento urbano da capital paranaense, funciona como centro de pesquisa da flora, contribui com a preservação e conservação da natureza, além de ser um atrativo turístico da cidade. (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, 2012).

São 245 mil m<sup>2</sup> no total, contendo “jardins em estilo francês, com direito a estufa para viveiros com a arquitetura inspirada nos antigos palácios de cristal inglês”. (AMARAL, p. 64, 2002), possibilitando ao visitante ter contato direto com a natureza e a conhecer espécies da Mata Atlântica, que são mantidas na estufa climatizada. Cerca de 120 mil exemplares de flores são cultivados em 15 mil m<sup>2</sup> de canteiros. (SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, 2012).

Abrigando espécies botânicas que são referências nacionais, além de uma fonte d’água, a arquitetônica estufa de três abóbodas construídas em estruturas metálicas foi projetada pelo arquiteto e escultor curitibano Abrão Assad e é um dos principais cartões-postais da cidade. (MACEDO, 2012).

Figura 4 - Estufa do Jardim Botânico de Curitiba



FONTE: O autor (2012)

Figura 5 - Estufa do Jardim Botânico



FONTE: O autor (2012)

Atrás da estufa, em formato semi-circular, há o espaço cultural Frans Krajcberg, inaugurado em 11 de outubro de 2003, onde foram expostas 114 esculturas deste artista e ambientalista polonês naturalizado brasileiro, cujo espaço leva o seu nome. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

Este espaço em formato de galeria foi projetado especialmente para abrigar a exposição permanente das obras deste artista que, engajado no tema da preservação ambiental, escolheu o município de Curitiba para doar suas artes graças à consciência ecológica que a capital paranaense possui. Dentre elas, encontram-se esculturas de grande porte (palmas, árvores para cima, cipós, grandes volumes,

mangue, queimadas, bolas, palitos e cascas), fotografias, vídeos e textos. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

Figura 6 - Espaço Cultural Frans Krajcberg



FONTE: O autor (2012)

Figura 7 - Natureza na lateral do Espaço



FONTE: O autor (2012)

De acordo com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (2012), o Jardim Botânico “contribui para a preservação e conservação da natureza, para a educação ambiental, na formação de espaços representativos da flora brasileira e ainda oferece uma alternativa de lazer para a população”. Ainda de acordo com esta mesma Secretaria, a fauna é composta por saracura, ouriço, sanhaço, canário-da-terra, sabiá, preá, gambá e pequenos roedores. Já a flora é composta por araucária, pinheiro-do-paraná, pinheiro bravo, canela, pau-de-bugre, capororoca, pessegueiro-bravo, imbuia, cedro, aroeira, pimenteira e pitangueira.

Esta mata nativa secundária, cadastrada como Bosque de Preservação Permanente<sup>7</sup> (com nascentes formadoras dos lagos), era conhecida como Mata dos Francos. Pertencia a um dos moradores mais antigos do bairro Capanema, o desembargador e professor Antônio Martins Franco, a quem se deve a doação do terreno. Estudioso de biologia, ele foi um dos fundadores da Sociedade Paranaense de Orquidófilos, e dedicou-se para manutenção da vegetação do local. (MIRANDA, 2009, p. 252).

O Jardim Botânico é um dos principais exemplos de atrativo turístico na cidade de Curitiba. Com sua grande extensão, amplos espaços de circulação, manutenção constante, atrai aproximadamente, de

<sup>7</sup> Conforme a Lei Municipal nº 62 de 1986.

acordo com o Instituto Municipal de Turismo, um milhão de visitantes anualmente. Como exemplo, o ônibus da Linha Turismo, que passa por aproximadamente 24 pontos turísticos da cidade, desembarca quase a metade de seus turistas no Jardim Botânico. (INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO, 2012).

A inspiração no palácio de cristal londrino perceptível na arquitetura da estufa, a variedade de plantas nacionais e estrangeiras, a vegetação nativa, os jardins geométricos e o Jardim das Sensações, o museu instalado dentro do próprio parque, entre outros aspectos, fazem do Jardim Botânico um atrativo único (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013). Cooper (2001, p. 131), afirma que “a destinação e a qualidade e a mescla de atrativos turísticos, infra-estrutura e superestrutura em oferta compõem o fator atração”, ou seja, todo o conjunto de diferenciações presentes em determinado ambiente turístico favorece o que se denomina de atração.

Para a manutenção e conservação desse atrativo da capital paranaense, o Jardim Botânico conta com a ajuda da iniciativa privada. Do ano de 2004 a 2008, a empresa Natura realizou a manutenção do local. A partir do ano de 2008, todo o serviço de manutenção, que inclui limpeza, roçada, pequenos consertos, jardinagem e fornecimento de ferramentas e insumos, é responsabilidade do Grupo Boticário. Ao todo são 16 funcionários que têm essa missão de manter constante a atratividade do jardim. Com esta ajuda, são aproximadamente seiscentos e noventa mil reais anuais economizados pela Prefeitura. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

Com a iniciativa privada a frente do cuidado do jardim, novos investimentos são mais facilmente implementados, pois, “dentre outras áreas verdes [...] a criação destes espaços é pautada em outras justificativas, como exemplo, a preservação ambiental, áreas de lazer e recreação, e até mesmo atrações turísticas urbanas (SILVA, 2012 p. 188), que deste modo, com a diminuição da burocracia e entraves da gestão pública, viabiliza a conservação do espaço para aproveitamento turístico.

## **5. JARDIM DAS SENSações: REALÇANDO OS SENTIDOS**

O Jardim das Sensações é um projeto da arquiteta Denise Mitiko e foi inaugurado no ano de 2008, localizando-se dentro do próprio Jardim Botânico. Uma área de 2.381 m<sup>2</sup> especialmente adaptada com equipamentos e plantas que estimulam os sentidos como tato, olfato e a audição dos visitantes. (INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO, 2012).

Este espaço é planejado para o turista ter uma experiência diferenciada da qual está acostumado. Para isso, há uma trilha de 200 metros de extensão que percorre entre plantas e flores, onde o visitante, que a princípio estará de olhos vendados, poderá tocar e sentir o aroma das mesmas. (INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO, 2012).

A trilha é feita de concreto antiderrapante e com corrimão de apoio em todo o trecho. Ainda assim, monitores estão à disposição, ajudando e guiando, quando necessário, cada visitante. Na entrada, um mapa tátil mostra como será o percurso e o primeiro trecho é feito com os olhos vendados. Uma das facilidades consiste nas plantas estarem em uma altura de um metro do chão, que é uma altura padrão, possibilitando crianças, adultos e cadeirantes de percorrer o jardim. Além disso, há identificação em Braille em cada uma das plantas. Um pequeno lago com cascata e uma ponte é encontrado no meio da trilha, provocando os sentidos com o barulho da água. Quase ao final do percurso, um estreito corredor de vegetação com sinos de diferentes materiais estimula o tato e a audição dos visitantes. Depois de concluída toda a trilha, pode-se percorrê-la sem as vendas. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

O objetivo de todo este espaço é justamente fazer o turista realçar seus sentidos, perceber de maneira diferente o meio ambiente, sentindo as diferenças desses elementos naturais como as pessoas que não têm visão as percebem. A concretização do Jardim das Sensações e o diferencial que este espaço proporciona, relaciona-se ao seguinte comentário feito por Neves Filho (2013):

Algumas pessoas devem si perguntar como é possível incentivar a imaginação, e logo, a criatividade e inovação. Acredito que uma forma é com novas experiências. Para estimular a imaginação com um novo fluxo de ideias é preciso trazer à mente algo que não está disponível para ser captado por nossos sentidos, ou que, até então não eram captados com tanta sensibilidade. E é daí a importância de uma cegueira momentânea, a fim de potencializar nossos sensores, de maneira que aprendamos novamente a ver algo que o habitual nos limitou. Sentir coisas de um jeito diferente, de um ângulo que nos proporcione uma visão mais ampla e profunda daquilo a ser observado.

Neves Filho (2013), percebeu que muitas vezes a rotina frenética e as mudanças constantes da humanidade tornam os seres humanos condicionados a deixar de reparar características importantes do dia-a-dia, e que, a criatividade e a inovação podem ser uma das maneiras de incentivar a imaginação e trazer novas experiências através de estímulos dos sentidos.

Figura8-VendandovisitanteFigura9-Visitanteseguindootrechodopasseio



FONTE: O autor (2012)



FONTE: O autor (2012)

Figura 10- Espaço interno do Jardim das Sensações Figura 11- Descrição em Braille



FONTE: O autor (2012)



FONTE: O autor (2012)

## 6. MUSEU BOTÂNICO: APROFUNDANDO O CONHECIMENTO

O Museu Botânico Municipal foi criado em 25 de junho de 1965 por Gerdt Guenther Hatschbach, o qual já coletou mais de 80 mil plantas. A primeira sede a abrigar o acervo doado pelo botânico funcionou no Passeio Público, que foi o primeiro parque de Curitiba. Na época, aproximadamente 3 mil publicações, 20 mil exsicatas e alguns objetos de pesquisa constituíam o seu acervo. O Museu só foi transferido para o Jardim Botânico no ano de 1992, com o intuito de estudar e divulgar a flora brasileira. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

De acordo com esta mesma prefeitura, por conter um herbário com cerca de 400 mil plantas (com o maior número de gêneros e famílias de plantas do Brasil), o local atrai pesquisadores de todo o mundo. Cerca de 50 instituições botânicas nacionais e internacionais mantêm intercâmbio científico no museu. Além disso, há espaço para exposição, que divulga trabalhos artísticos ou científicos, uma biblioteca, que contém importantes publicações nacionais e internacionais especializada em taxonomia botânica e auditório utilizado durante visitas escolares, cursos e palestras. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

Neste museu, informações e representações de algumas plantas e frutos típicos da região como, por exemplo, a pinha (fácil de ser encontrada no Jardim Botânico ao percorrer as trilhas em bosque de araucária), permite ao visitante tocar e sentir a textura de um dos símbolos do Paraná. O mesmo pode ser feito em pequenos animais empalhados e amostras em madeiras e maquetes do próprio Jardim Botânico. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

Durante a pesquisa de campo, identificou-se diversos turistas no museu, interagindo com o ambiente, aproveitando a oportunidade das exposições que retratam a história do jardim e daquilo que ele oferece envolvendo a flora e a fauna.

Anualmente, cerca de 300 mil pessoas visitam o museu, que possui dentre seus objetivos, sensibilizar em relação ao meio ambiente. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

Figura 12- Interior do Museu Botânico



FONTE: O autor (2012)

Figura 13-Amostra de plantas e frutos



FONTE: O autor (2012)

Alguns projetos de conservação foram criados em favor do Jardim Botânico. Dentre eles encontra-se a Associação de Amigos do Jardim Botânico de Curitiba (AAJBC), fundada em dezembro de 2000 com o objetivo de:

[...] mobilizar todos os recursos técnicos e logísticos possíveis para apoiar a realização de pesquisas e coletas para o Museu Botânico Municipal de Curitiba e obtenção de plantas vivas para local. Outras atividades incluem o incentivo à divulgação de trabalhos científicos relacionados com as atividades dessas instituições, a promoção de cursos, palestras, exposições sobre a botânica e atividades voltadas à educação ambiental. (INSTITUTO MUNICIPAL DE CURITIBA, 2012)

Esta associação fomenta e incentiva novas pesquisas, possibilitando que seus integrantes participem ativamente do desenvolvimento do local.

Em julho de 2011, em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a exposição Safári dos Sentidos foi aberta, permanecendo por quase um mês no local. Esta exposição, apesar de poder ser visitada por qualquer turista, foi direcionada principalmente aos deficientes visuais, por conter animais taxidermizados (empalhados) do acervo do Museu de História Natural que podiam ser tocados pelos visitantes para percepção das características do animal, como por exemplo, pelagem, tamanho e formato. Dentre os animais expostos estavam onça-pintada, jacaré-do-papo-amarelo, lobo-guará, coruja, cachorro-do-mato, tamanduá-mirim, entre outros. Todos eles continham placas de identificação, escritas graficamente e em braille, com nome, hábitos, alimentação e curiosidades. Algumas espécies também possuíam sonorização para que os deficientes visuais pudessem perceber, através da audição, outros detalhes do animal. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

De acordo com o secretário especial dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Irajá de Brito Vaz, o principal objetivo deste tipo de exposição é justamente “permitir ao deficiente visual experimentar sensações que em visita a um zoológico convencional não são possíveis, como a percepção das formas e dimensões do animal observado” (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

Sendo assim, o Museu possibilita abranger o conhecimento de seus turistas com visitas diferenciadas, informativas, integradas e, principalmente, inclusivas. (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

Pedron (2013, p. 139), acrescenta que os parques e jardins que se constituem nos principais atrativos da cidade de Curitiba:

[...] representam espaços de conservação da natureza, espaços de história, de cultura, de espetacularização da natureza, espaços de encontro, de recreação, de prática de esportes, de fé e da vida cotidiana da população.

São espaços urbanos, de uso público, que se transformam em espaços turísticos à medida em que, “ são apropriados e transformados pelas diversas relações e imbricações políticas e culturais” (SOUZA; BAHL, 2013, p.11) que regem o uso, a forma e a normatização dos usos dos espaços públicos urbanos de uso turístico.

## **7. CONCLUSÃO**

Identificou-se que o Jardim Botânico de Curitiba tem conseguido preservar e garantir sua fauna e flora por meio dos esforços de seus gestores e administradores, além de permitir a interatividade e conhecimento a seus turistas por meio dos espaços planejados de maneira inclusiva.

Como conclusão de pesquisa, observa-se que o Jardim das Sensações, promove oportunidade aos turistas de se envolverem com as dificuldades apresentadas pelos deficientes visuais, além de oferecer uma maneira diferenciada de sentir o espaço.

Já o Museu Botânico oferece conhecimento e instrução sobre a fauna e flora do Jardim, permitindo que todos conheçam as diferentes formas de vida apresentadas no local.

Desta forma, o Jardim Botânico de Curitiba, apresenta-se como atrativo turístico para àqueles que pouco têm a oportunidade de se sentirem incluídos, além de conceber à capital paranaense um espaço propício ao lazer e descanso também possibilita a inclusão de visitantes com deficiência visual.

Apesar de verificar durante a pesquisa de campo, através de observações que os acessos do botânico não são totalmente acessíveis, com os devidos pisos táteis, banheiros adaptados, entre outros aspectos, a iniciativa em proporcionar conhecimento com alguns espaços planejados, onde placas informativas em braille apresentam cada planta exposta, monitores qualificados ajudam na condução e explicação a cada visitante, barreiras de segurança ajudam a guiar os deficientes visuais, levam a uma predisposição a adaptar e modificar também outros ambientes do jardim.

De qualquer modo, o Jardim Botânico continua sendo o atrativo turístico de Curitiba que mais recebe visitantes (INSTITUTO MUNICIPAL DE CURITIBA, 2012), o principal cartão-postal da cidade e o que vem buscando inovação com seus ambientes inclusivos e educativos.

A partir das pesquisas realizadas e da identificação da potencialidade de atrair turistas com a grandeza de sua área, a variedade de fauna e flora, os espaços projetados e o cuidado em manter o ambiente visivelmente agradável e bem preservado, o Jardim Botânico é fundamental na garantia de sustentar e manter plantas típicas da região.

Como exemplo, tem-se o Pinheiro do Paraná, além da concentração de espécies de flores e frutos para trabalhos de pesquisadores do Brasil e do mundo. Também se apresenta como opção de lazer sustentável aos moradores e visitantes de Curitiba, em especial aos deficientes visuais, para os quais busca ser uma opção de lazer e de contemplação, contribuindo para que o turismo possibilite, através de ações de planejamento e apropriada gestão de atrativos, realizar a inclusão dos deficientes visuais.

Tendo em vista a importância do Jardim Botânico para a cidade de Curitiba e a crescente busca por adaptar e construir espaços aos deficientes visuais, como forma de inclusão, pretendeu-se contribuir para a divulgação da existência deste atrativo turístico, como também enfatizar que é possível incluir todas as pessoas por meio de um lazer saudável, sustentável e educador.

## REFERÊNCIAS

AGENTE DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA - ANDI. **Deficiência, direitos e a nova convenção da ONU**. Disponível em: <[http://www.ead.andi.org.br/deficiencias/html/versao\\_impressao.html](http://www.ead.andi.org.br/deficiencias/html/versao_impressao.html)>. Acesso em: 06/03/2013.

ALMEIDA, A. A. L. de. Revisitando os significados de paisagem à luz das abordagens do pensamento geográfico. Revista **Geografar**. Ano 9. v. 2. Curitiba, p. 104-120, 2014. Disponível em: <<http://www.ser.ufpr.br/geografar>>. Acesso em: 18/05/2015.

AMARAL, L. M. do. **Paisagem cultural brasileira: região Sul**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.

BENJAMIN, A. H. de V. **Comentários ao código de defesa do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Federal nº. 914 de 06 de setembro de 1993**. Capítulo I: Das disposições iniciais, Art. 3º. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0914.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm)>. Acesso em: 28/04/2012a.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Federal nº. 1098**. Constituição Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0914.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm)>. Acesso em: 28/04/2012b.

BOULLÓN, R. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUCS, 2002.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. **Inclusão social e desenvolvimento econômico na América Latina**. Disponível em:

<[http://books.google.com.br/books?id=PRfl\\_f0m4bIC&printsec=frontcover&dq=inclus%C3%A3o+social&source=bl&ots=a\\_iEtc82Vx&sig=ACa9DqHN7poGL49K0oEpy2wg2is&hl=pt-PT&sa=X&ei=rKpIUJe2Hono0QGB04C4Dw&ved=0CFUQ6AEwBw#v=onepage&q=inclus%C3%A3o%20social&f=false](http://books.google.com.br/books?id=PRfl_f0m4bIC&printsec=frontcover&dq=inclus%C3%A3o+social&source=bl&ots=a_iEtc82Vx&sig=ACa9DqHN7poGL49K0oEpy2wg2is&hl=pt-PT&sa=X&ei=rKpIUJe2Hono0QGB04C4Dw&ved=0CFUQ6AEwBw#v=onepage&q=inclus%C3%A3o%20social&f=false)>. Acesso em: 06/08/2012.

CAIADO, K. R. M. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. Campinas, SP: Autores Associados: PUC, 2003.

COOPER, C. **Turismo, princípios e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, R. **Revista Nova Escola: como funciona o sistema Braille?** Disponível em:

<<http://revistaescola.abril.com.br/inclusao/educacao-especial/como-funciona-sistema-braille-496102.shtml>>. Acesso em: 20/08/2012.

GANDARA, J. M. G. Sementes da mata atlântica: conformação do produto cultural para o destino Itacaré – Bahia. **Cultur** Revista de Cultura e Turismo. Ano 05. n. 01/Especial. Ilhéus: UESC, 2011. p. 03-18.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geografia da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FENIANOS, E. E. **Jardim Botânico: só pra dizer que eu também não falei das flores**. Coleção Bairros de Curitiba, vol. 6. Curitiba: Univer Cidade, 2006.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo demográfico 2010: resultados gerais da amostra – pessoa com deficiência**. Disponível em:

<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_Gerais\\_da\\_Amostra/tab1.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/tab1.pdf)>  
. Acesso em: 01/05/2012.

INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO. **Pontos turísticos**. Disponível em:  
<<http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/>>. Acesso em: 01/05/2012.

IVARS, L. A. **Planificación turística de los espacios regionales en Españã**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, H. **Spatial dialectics**. Great Britain: Creative Print and Design, 1998.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LENCIONE, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, José B. (Org.) **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

MACEDO, G. de. **Abrão Assad**: casa do arquiteto. Disponível em:  
<<http://www.projetoblog.com.br/2012/abraao-assad-casa-do-arquiteto/>>. Acesso em: 10/01/2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Brasil acessível**: programa brasileiro de acessibilidade urbana. Caderno III. Disponível em:  
<<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/BrasilAcessivelCaderno03.pdf>>. Acesso em: 02/05/2012.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo acessível**: introdução a uma viagem de inclusão. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

MIRANDA, E. E. de. **Jardins Botânicos do Brasil**. Rio de Janeiro: Metalivros, 2009.

NEVES FILHO, Z. **Quando a cegueira pode fazer enxergar a criatividade e inovação**. Disponível em: <<http://www.toptalent.com.br/index.php/2011/04/05/quando-a-cegueira-pode-fazer-enxergar-a-criatividade-e-inovacao-2/>>. Acesso em: 01/02/2013.

ORGANIZAÇÃO NACIONAL DE CEGOS DO BRASIL- ONCB. **O que são e o que fazem**. Disponível em: <<http://www.oncb.org.br/node/7/>>. Acesso em: 07/11/2013

PEDRON, M. **A EXPERIÊNCIA DOS TURISTAS NOS PARQUES DE CURITIBA/PR**. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Paraná, 2013.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Lei Municipal n.º. 62 DE 1986**. Disponível em  
<<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria>>. Acesso em: 12/11/2012.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Espaço cultural Frans Krajcberg**. Disponível em:  
<<http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/equipamento/espaco-cultural-frans-krajcberg/2210>>. Acesso em: 06/11/2013.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Museu botânico celebra 89 anos do seu fundador**. Disponível em: <[www.curitiba.pr.gov.br/noticias/museu-botanico-celebra-os-89-anos-do-seu-fundador/27578](http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/museu-botanico-celebra-os-89-anos-do-seu-fundador/27578)>. Acesso em: 12/11/2013.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Parques e Bosques: jardim botânico**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/jardim-botanico-secretaria-municipal-do-meio-ambiente/287>>. Acesso em: 10/01/2013.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Ponto turístico mais visitado é mantido em parceria com iniciativa privada**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/ponto-turistico-mais-visitado-e-mantido-em-parceria-com-iniciativa-privada/26869>>. Acesso em: 18/05/2013.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Safári dos Sentidos une meio ambiente e inclusão social**. Disponível em: <<http://turismoadaptado.wordpress.com/2011/06/09/safari-dos-sentidos-une-meio-ambiente-e-inclusao-social/>>. Acesso em: 10/01/2013.

RULLI NETO, A. **Direitos do portador de necessidades especiais**. São Paulo: Fiuza, 2002.

SÁ, E. D. de.; CAMPOS, I. M. de.; SILVA, M. B. C. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual**. In: Ministério da Educação. 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf)>. Acesso em: 05/05/2012.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SASSAKI, R. K. **Inclusão no lazer e turismo: em busca da qualidade de vida**. São Paulo: Áurea, 2003.

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE. **Parques e bosques**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-jardim-botanico-secretaria-municipal-do-meio-ambiente/287>>. Acesso em: 06/05/2012.

SILVA, R. R. de S. Avaliação dos Equipamentos e Serviços Turísticos do Jardim Botânico, Curitiba, Paraná, (Brasil). In. **Turismo em Análise**. V. 23, n. 1. Abril de 2012. 187-206. Disponível em: <<http://turismoemanalise.org.br>>. Acesso em: 06/12/2012.

SOUZA, S. do R. de; BAHL, M. O urbano e a produção simbólica do espaço. In. **Revista Espacios**. V. 34, n. 1. Março de 2013. 11-30. Disponível em: <<http://revistaespacios.com>>. Acesso em: 11 de agosto de 2013.

VEIGA-NETO, A. **Revista aulas: foucault e as estéticas da existência**. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 05/05/2012.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.